

## **HIDRELÉTRICAS, A CONSTRUÇÃO DA CEGUEIRA**

para o capital empobrecer o povo e os municípios

A atual e profunda crise do capitalismo mundial leva os dirigentes da burguesia a realizar uma mega transferência de riquezas, das nações mais empobrecidas (como o Brasil), para o capital central, nos Estados Unidos e na Europa. Praticamente, toda a economia e a riqueza do planeta é controlada por 147 multinacionais, a maioria delas, sediadas nestes países.

Realizar esta mega exploração, para recompor a taxa de acumulação do capital, só é possível com o povo quieto, resignado e cabisbaixo. No permanente esforço para silenciar a classe trabalhadora na América Latina, na África e no Oriente Médio, os capitalistas organizam a contínua distribuição de 'óculos da elite', para esconder o que se passa embaixo do nariz.

Atuam nesta distribuição de ilusões as empresas privadas, especialmente as de publicação e comunicação; a maioria das escolas, universidades e poderes oficiais constituídos; e grande parte das religiões e movimentos sociais. Aos que teimarem em ver e lutar, estão pré engatilhadas as punições jurídicas e armadas, ferramentas do Estado, para ajudar o capital a sair da crise, contra o povo.

A gigantesca transferência das riquezas para o capital central tem duas pernas: 1) o cancelamento dos direitos conquistados pela classe trabalhadora para aumentar a exploração do trabalho e transferir os recursos dos serviços públicos para as empresas privadas; 2) o controle privado dos recursos naturais: minérios, água, biodiversidade, oxigênio e as fontes atuais e potenciais de produção de energia (petróleo, luz solar, fontes geotérmicas, vento).

A transformação do patrimônio natural e coletivo em mercadorias, controladas pelas empresas capitalistas, tem gerado um intenso movimento no legislativo dos países para garantir, legalmente, o favorecimento do grande capital.

No caso das hidrelétricas em operação e das projetadas no Brasil, como tem demonstrado o Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB, o modelo energético brasileiro, tendo a hidroeletricidade como relevante, é projetado e executado de maneira a garantir energia abundante e barata para o capital internacional retirar e transformar os recursos naturais em mercadorias comercializadas em escala mundial com preços competitivos, subsidiados pelo dinheiro público, pelo empobrecimento e pela miséria do povo brasileiro.

Colocar em operação tal empreitada exige das empresas do capital internacional - a exemplo da espanhola Iberdrola, na hidrelétrica do Baixo Iguaçu - uma teia de relações que garanta o sucesso e a lucratividade de seu negócio. Estas relações 'amistosas' se dão com empresas privadas e órgãos de governos, em todos os níveis (nacional, estadual e municipais), com o objetivo de 'facilitar' o levantamento socioeconômico e ambiental e para conquistar o posicionamento favorável dos

poderes executivo, legislativo e judiciário. Assim, quando o povo reage contra a violência e as injustiças praticadas, juízes são convencidos a decidir, rapidamente, em favor da empresa. Para fazer cumprir tais decisões judiciais, já estão combinadas e preparadas as intervenções da polícia que age sob o comando do poder executivo. Um exemplo de como funciona este esquema, que o digam os atingidos pela hidrelétrica do Baixo Iguaçu, no Paraná.

Fazendo eco na imprensa falada e escrita, um grupo de mandatários eleitos pelo povo, em municípios e no estado, repetem sem cansar as supostas 'vantagens' da obra construída para o desenvolvimento, ao mesmo tempo em que desqualificam e criminalizam as iniciativas da população atingida em defender-se. Quando os atingidos unificam a sua ação nos diversos municípios afetados direta e indiretamente pelo reservatório de água, estes adversários do povo querem que cada município negocie de forma isolada, num claro esforço de fragilizar a luta e fortalecer a posição dos interesses da multinacional, agora 'dona' dos recursos da nação e do povo.

O tal 'desenvolvimento', defendido pelo capital e seus aliados, não resiste a uma análise da situação de municípios vizinhos onde foram construídas outras represas. Estes perderam área agricultável, perderam população e não se beneficiam da eletricidade produzida em seu quintal.

A maioria dos prefeitos que argumenta a vantagem de uma barragem de olho nos royalties que receberão, poderiam ser considerados ingênuos ou desinformados. Mas, como em política não existe ingenuidade, fica claro que, mesmo perante os prejuízos transitórios e permanentes que uma barragem traz para os municípios, estes prefeitos sacrificam o povo para ter na mão um dinheiro de aplicação livre, já que os royalties não passam pelo controle do legislativo. Se, com o controle do legislativo, sabe-se o que acontece com a maioria dos recursos públicos, não é difícil concluir como e quem se apropriará dos royalties.

Devido aos 'óculos da elite', utilizados pela maioria da população, poucos sabem que, apesar do lucro fácil e permanente que as empresas têm com a comercialização e o uso privilegiado da eletricidade produzida nestas barragens, o dinheiro dos royalties que é repassado aos municípios atingidos durante trinta anos, não é pago pela empresa. Os royalties são pagos pelos pequenos consumidores, na conta mensal de luz das suas casas.

Não bastasse, todas estas grandes obras, construídas para o enriquecimento do capital internacional, são pagas com dinheiro público. Como exemplo, a hidrelétrica do Baixo Iguaçu, no Paraná, de propriedade da multinacional espanhola Iberdrola, será construída, na sua maior parte, com dinheiro do BNDS, da Copel e da Previ. Se, praticamente, toda a obra será paga com dinheiro público, por que o Brasil não constrói a barragem e fica com a energia para uso da nação?

Para piorar a situação, os atuais contratos são executados sem nenhuma garantia, por parte da empresa que invadiu as terras dos agricultores, de indenização e realocação das famílias. Estas, acordaram, certa manhã, com as máquinas derrubando suas benfeitorias e só conseguiram começar

a conversa com a empresa quando ocuparam o canteiro e pararam as obras no município de Capanema. Imediatamente, a justiça decidiu pelo despejo das famílias de suas próprias terras e condenou os manifestantes a indenizar a empresa pela parada da construção.

Este jogo de poder, pelo controle privado da energia e da riqueza produzida com ela, é o centro da luta de classes. Trata-se da burguesia, atualmente, comandada pelo capital financeiro internacional, organizada para explorar a classe trabalhadora no campo e na cidade. Uma luta que liga os atingidos pela barragem do Baixo Iguaçu ao operário contratado pela mineradora Vale, bem como, ao povo brasileiro contra a entrega do petróleo brasileiro do pré-sal às multinacionais.

Uma luta que não é só dos trabalhadores brasileiros, mas também dos trabalhadores, por exemplo, da Guatemala e de El Salvador, que lutam para garantir seu petróleo e as fontes geotérmicas, contra as multinacionais. Trata-se de uma luta de libertação dos países, possível com a articulação internacional da classe trabalhadora.

Contra o poderoso jogo das multinacionais, que capturaram a seu favor o Estado Brasileiro (legislativo, executivo, judiciário, forças armadas...), os direitos e as necessidades dos trabalhadores atingidos pelas barragens só serão plenamente garantidos se a população destes municípios, bem como a classe trabalhadora brasileira, que financia nas suas contas de luz a energia barata para as empresas, se mobilizar, de forma unificada, para colocar a infraestrutura e as riquezas naturais a serviço de um projeto para o Brasil, baseado nos interesses populares, contra os da elite.

Além da garantia a dignidade, este é o sentido político da luta dos atingidos pelas barragens. É papel dos movimentos populares transformá-la em parte da luta da classe trabalhadora para um Projeto Popular para o Brasil.

**Valdir Duarte**  
**ASSESOAR**